

## **As contribuições da sala de recurso no desenvolvimento cognitivo das crianças na perspectiva da Educação Inclusiva**

**The contributions of the resource room in the cognitive development of children from the perspective of Inclusive Education**

**Los aportes del aula de recursos en el desarrollo cognitivo de los niños desde la perspectiva de la Educación Inclusiva**

Recebido: 28/09/2022 | Revisado: 09/10/2022 | Aceitado: 12/10/2022 | Publicado: 17/10/2022

**Elayne Oliveira Sousa**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6847-083X>

Instituto Educacional de Santa Catarina, Brasil

E-mail: [elayneoliveirasousa88@gmail.com](mailto:elayneoliveirasousa88@gmail.com)

**Helen Cristina Moura da Silva Ribeiro**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9498-9910>

Instituto Educacional de Santa Catarina, Brasil

E-mail: [cristinahelen2000@gmail.com](mailto:cristinahelen2000@gmail.com)

**Zilma Cardoso Barros Soares**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2812-7121>

Instituto Educacional de Santa Catarina, Brasil

E-mail: [zilma\\_pedagoga@hotmail.com](mailto:zilma_pedagoga@hotmail.com)

### **Resumo**

Este artigo abrange considerações, e aponta os marcos determinantes, que estão interligados ao histórico da Educação Inclusiva e das Salas de Recursos Multifuncionais. Em 2007 foi instituído pelo Governo Federal para todo o Brasil o “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”, fruto de anos de esforços em prol da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, da luta por uma escolarização igualitária para todos e do empenho para haver uma educação de qualidade para esse público. Dessa forma este artigo teve como objetivo, compreender os desafios da implantação da Sala de Recursos Multifuncionais e as suas contribuições no desenvolvimento cognitivo das crianças. Para esta pesquisa, foi utilizado como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica narrativa de caráter qualitativa embasada em publicações feitas nos últimos dez anos (2012 – 2022) de artigos científicos, revistas, livros, teses, dissertações e legislações, de distintos autores que versam acerca do tema em investigação a fim de estruturar um referencial teórico. Diante destas constatações, conclui-se que este trabalho atingiu os objetivos apresentados, já que, inferiu-se que o Atendimento Educacional Especializado e em especial a Sala de Recursos são elementos fundamentais para a Educação Inclusiva. É possível afirmar que a Sala de Recursos Multifuncionais é relevante para que as atividades do Atendimento Educacional Especializado sejam satisfatórias, pois fornece estímulos específicos e individualizado, para a evolução de um desenvolvimento intelectual e motor dos alunos com necessidades educacionais especiais.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva; Atendimento educacional especial; Sala de recursos.

### **Abstract**

This article covers considerations, and points out the determining milestones, which are linked to the history of Inclusive Education and Multifunctional Resource Rooms. In 2007, the Federal Government instituted the “Program for the Implementation of Multifunctional Resource Rooms” throughout Brazil, the result of years of efforts in favor of the inclusion of students with special educational needs in regular education, the struggle for equality for all and the effort to have a quality education for this public. Thus, this article aimed to understand the challenges of implementing the Multifunctional Resource Room and its contributions to children's cognitive development. For this research, a qualitative bibliographic narrative review was used as a methodological procedure, based on publications made in the last ten years (2012 - 2022) of scientific articles, magazines, books, theses, dissertations and legislation, by different authors that deal with the topic. under investigation in order to structure a theoretical framework. In view of these findings, it is concluded that this work achieved the objectives presented, since it was inferred that the Specialized Educational Service and especially the Resource Room are fundamental elements for Inclusive Education. It is possible to say that the Multifunctional Resource Room is relevant for the activities of the Specialized Educational Service to be satisfactory, as it provides specific and individualized stimuli for the evolution of an intellectual and motor development of students with special educational needs.

**Keywords:** Inclusive education; Special educational service; Resource room.

## Resumen

Este artículo abarca consideraciones y señala los hitos determinantes, que están vinculados a la historia de la Educación Inclusiva y las Salas de Recursos Multifuncionales. En 2007, el Gobierno Federal instituyó el “Programa de Implementación de Salas de Recursos Multifuncionales” en todo Brasil, resultado de años de esfuerzos a favor de la inclusión de alumnos con necesidades educativas especiales en la educación regular, la lucha por la igualdad de todos y el esfuerzo por tener una educación de calidad para este público. Así, este artículo tuvo como objetivo comprender los desafíos de implementar la Sala de Recursos Multifuncionales y sus contribuciones al desarrollo cognitivo de los niños. Para esta investigación se utilizó como procedimiento metodológico una revisión narrativa bibliográfica cualitativa, basada en publicaciones realizadas en los últimos diez años (2012 - 2022) de artículos científicos, revistas, libros, tesis, disertaciones y legislación, de diferentes autores que tratan sobre el tema. tema en investigación con el fin de estructurar un marco teórico. Ante estos hallazgos se concluye que este trabajo cumplió con los objetivos planteados, ya que se infirió que el Servicio Educativo Especializado y en especial la Sala de Recursos son elementos fundamentales para la Educación Inclusiva. Se puede decir que el Aula de Recursos Multifuncionales es relevante para que las actividades del Servicio Educativo Especializado sean satisfactorias, ya que proporciona estímulos específicos e individualizados para la evolución de un desarrollo intelectual y motriz de los alumnos con necesidades educativas especiales.

**Palabras clave:** Educación inclusiva; Servicio educativo especial; Aula de recursos.

## 1. Introdução

Durante anos a história da educação especial sofreu inúmeras transformações, e no transcorrer da sua trajetória gradualmente alterou o conceito de que as pessoas com deficiência deveriam receber um ensino institucionalizado, modificando para os princípios que buscam a integração desses indivíduos. Esse percurso foi marcado por várias mobilizações ideológicas e culturais, no exterior e no Brasil, para incentivar as políticas públicas direcionadas a Educação Inclusiva, na intenção de possibilitar a admissão, a continuidade e a aprendizagem adequada para todos os educandos.

Para efetivar a inclusão, leis foram elaboradas e modificadas para executar os preceitos de uma educação inclusiva, sobretudo no ensino regular. Mesmo após as modificações dos padrões educacionais construídos no decorrer da história, a Educação Inclusiva (EI) ainda enfrenta dificuldades, na medida em que não basta incluir os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) nas instituições de ensino regular, é preciso estruturar ações eficientes que a tornem bem-sucedida. Para Bauch e Löhr (2014), “A educação/escola inclusiva é um tema frequente nas escolas nos dias atuais, mas é também assunto de diversas opiniões, contrapontos e controvérsias, por isso faz-se necessário conhecer e entender todo o processo.”

O Art. 27, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência n.º 13.146 (Brasil, 2015), formulada para garantir condições equivalentes e assegurar o exercício dos direitos das pessoas com deficiência, diz que, a educação consiste em um direito das pessoas com deficiência, e que é preciso assegurar um complexo educacional inclusivo em quaisquer dos níveis da educação escolar, e aprendizado em todo a sua vida, de maneira a alcançar o máximo desenvolvimento realizável de suas capacidades e habilidades físicas, sensoriais, sociais e intelectuais, de acordo com suas características, interesses, vontades e necessidades de conhecimento.

Sobre a educação inclusiva, Neto et al., (2018) dizem que, o ato de incluir confirma que as pessoas são igualmente primordiais para uma certa comunidade e dessa maneira, a multiplicidade e as diferenças fazem com que o ambiente escolar se torne culturalmente valioso, o que possibilita novas aprendizagens tanto para as pessoas com Necessidades Especiais como para os indivíduos que por alguma outra razão não se ajustaram ao sistema escolar comum sendo postos de lado. É necessário que se compreenda que a ação de incluir é, acima de qualquer coisa, um exercício de direitos e deveres dos cidadãos e de respeito para com o outro. Incluir é admitir que existem outras pessoas que precisam participar de todos os processos apesar das diferenças, seja profissional, educacional, social. A inclusão escolar não é simples. É preciso debater valores e preconceitos, que estão estabelecidos na cultura, e seguir no caminho para conquistar a inclusão perfeita, já que é, preciso uma reformulação crescente e uma modificação do pensar a escola.

O propósito da Educação Inclusiva, mais que apenas a matrícula no ensino regular, é possibilitar o contato com as diferenças no cenário escolar. Um modelo educacional que pretende empenhar-se para garantir uma igualdade nas oportunidades de ensino para todos os discentes em um mesmo espaço, a despeito de suas deficiências e individualidades. Porém, atender essas multiplicidades requer que a escola de ensino regular compreenda e ponha em prática o real significado do termo “inclusão”, com a disposição de professores capacitados, material didático e estrutura física apropriada para acolher esses educandos com qualidade.

Conforme a Resolução N° 436/2012 (Ceará, 2012) nos artigos 7° e 8°, os sistemas de ensino precisarão estabelecer e fazer operar um setor incumbido pela educação especial, equipando-se de todas as condições primordiais para a organização de uma educação inclusiva. Determina que a equipe pedagógica da educação inclusiva, deve ter como base de formação inicial e continuada, conhecimentos gerais para a atuação como docentes e saberes específicos e especialização em educação especial.

No momento atual, o interesse em oportunizar a todos os alunos da Educação Inclusiva igualdade de condições em todas as modalidades de ensino a disposição, aumenta o desejo pelo aprimoramento de oportunidades para os alunos com Necessidades Educacionais Especiais – NEEs. A inclusão educacional de crianças com NEEs, a educação de qualidade e o recebimento caso necessário de Atendimento Educacional Especializado – AEE, e na Sala de Recurso Multifuncional é um direito garantido para todos os alunos. (Alves & Andrade, 2015)

A Sala de Recurso não deve ser encarada como um local para aulas de reforço, ela é um ambiente pensando para ser favorável, diferente da sala de aula comum, que os alunos frequentam no turno oposto ao do período que estudam no ensino regular, organizado para intervenções diferentes, com recursos didáticos especiais, ferramentas multifuncionais, matérias pedagógicas e profissionais capacitados para viabilizar o atendimento com qualidade dos alunos com NEE.

Assim sendo, a Sala de Recurso deve atuar, lado a lado, a sala de ensino comum, com ações que enriqueçam a qualidade da educação para todos os alunos, como relatado por Mendes e Cia (2012):

Como vemos, a legislação educacional prescreve que o AEE deve se organizar preferencialmente pela oferta de “salas de recursos multifuncionais” (SRMs), para que alunos com NEEs não interrompam seus percursos escolares na classe comum, mas que ao mesmo tempo tenham supridas suas demandas de escolarização. Nesse sentido, a Secretaria de Educação Especial/MEC lançou no ano de 2005 o “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais” para apoiar os sistemas de ensino a criarem SRMs com materiais pedagógicos e de acessibilidade para a realização do AEE, complementar ou suplementar à escolarização.

Perante este cenário, a sala de recurso é relevante para que as práticas da educação inclusiva sejam efetivas e também possibilitem com que aconteça um ensino sensível e democrático para os alunos com necessidades especiais, um local que deve oferecer meios para que os alunos com necessidades educacionais especiais se sintam acolhidos para experienciar e vencer obstáculos de maneira adaptada as suas necessidades. Assim sendo, com a finalidade de compreender e investigar a fundo sobre a SRM, nasce a problemática que encaminha esse estudo. Quais os benefícios do acompanhamento realizado em Sala de Recurso para o desenvolvimento cognitivo? Que dificuldades são confrontadas na instauração de uma Sala de Recurso?

A definição deste tema se justificou pela carência de pesquisas que descrevam esse suporte feito pelas escolas atualmente, promover as práticas inclusivas no ambiente escolar e destacar como essas práticas colaboram no crescimento da aprendizagem dos alunos. Além disso, a escolha dessa temática ocorreu com a intenção de contribuir para uma elevação expressiva de discussões sobre o tema, e incentivar a continuidade de pesquisas acerca deste tema.

## 2. Metodologia

A respeito dos mecanismos utilizados para a maior compreensão referente ao atendimento especial, bem como, para conhecer e compreender como ocorre o processo de implantação das Salas de Recursos, quais as práticas utilizadas no local e como funciona o atendimento ao público, foi utilizado como procedimento metodológico a revisão narrativa bibliográfica com abordagem qualitativa. Com a finalidade de compreender e investigar a fundo sobre a Sala de Recursos Multifuncionais e buscando responder as seguintes perguntas: Quais os benefícios do acompanhamento realizado em Sala de Recurso para o desenvolvimento cognitivo? Que dificuldades são confrontadas na instauração de uma Sala de Recurso?

Sobre a pesquisa bibliográfica, Júnior e Passos (2020) relatam que, o apanhado de dados através da pesquisa bibliográfica faz-se presente em todo processo de pesquisa. Em oposição ao pensamento de vários pesquisadores, uma pesquisa tão somente bibliográfica de qualidade, é igualmente significativo quanto uma pesquisa de campo ou laboratório que seja igualmente de qualidade.

Em relação à pesquisa qualitativa, Ana e Lemos (2018) dizem que no campo educacional esta abordagem tem descoberto no materialismo histórico dialético a técnica mais propícia para a disseminação da compreensão social na educação, já que, por a investigação qualitativa, é possível achar respostas para a modificação da vivência existente, tanto na esfera do conhecimento quanto na esfera histórico-social.

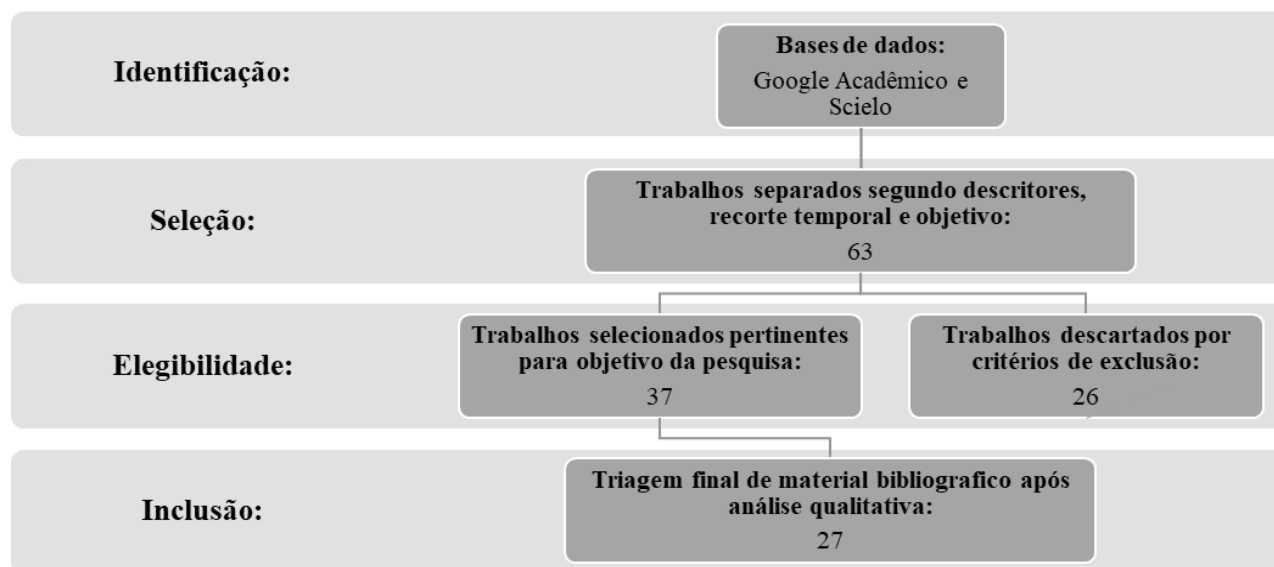
O método narrativo foi selecionado em razão das suas distintas formas de versar seus tópicos de maneira abrangente e subjetiva, as literaturas são analisadas de modo crítico, ocasionam mais autonomia ao pesquisador. Casarin et al., (2020) fala que a revisão narrativa é uma forma não estruturada de verificar a literatura, que dá ao pesquisador um amparo teórico em curto tempo. É relevante para achar renovações sobre um assunto estipulado e pode ser proveitoso na caracterização do estado de arte de um tema específico, na perspectiva teórica ou contextual. A revisão narrativa é uma metodologia mais simples de revisar a literatura, a indagação da pesquisa pode ser tanto mais aberta como pouco específica e tratar o tema de forma livre.

A pesquisa foi desenvolvida mediante a análise do levantamento bibliográfico de artigos científicos, revistas, livros, teses e dissertações de renomados autores, fundamentada a partir de pesquisa bibliográfica realizada nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico e sites oficiais das legislações referentes ao tema em estudo, utilizando-se dos filtros de inclusão e das seguintes palavras-chaves: “Educação Inclusiva”, “Atendimento Educacional Especial”, “Sala de Recurso Multifuncional”. Para a apuração criteriosa dos documentos utilizados na revisão priorizou-se os que foram desenvolvidos no recorte temporal de 2012 a 2022, porém além desses foram examinados alguns documentos de outros anos que demonstraram ser muito pertinentes.

Na etapa de elegibilidade, após uma rápida leitura dos resumos e títulos, com critério de exclusão, foram excluídos, materiais bibliográficos repetidos, textos incompletos, fora da temática, documentos em outros idiomas e do período estabelecido para a pesquisa. Tratando-se dos critérios de inclusão, foram eleitos artigos científicos, revistas, teses, legislações e trabalhos de conclusão de curso pertinentes para esclarecimento do objetivo da pesquisa. A inclusão final foi realizada por meio de análise qualitativa com a leitura na íntegra dos trabalhos selecionados.

Para melhor entendimento e nitidez do leitor, é ilustrado abaixo (Figura 1), o fluxograma, que tem como finalidade, demonstrar a organização das etapas de triagem dos documentos para a pesquisa.

**Figura 1:** Fluxograma com as etapas de seleção do material bibliográfico.



Fonte: Autores (2022).

Durante o processo de seleção de dados, foram consultadas várias bibliografias, como intuito de identificação e análise qualitativa dos dados, foram encontrados 63 trabalhos selecionados baseados nos descritores, recorte temporal e objetivo e desses 37 permaneceram e 26 descartados mediante os critérios de exclusão. No fim do processamento e amparado nos pontos de eliminação, inclusão e triagem do material bibliográfico logo após verificação qualitativa com a leitura na completa dos trabalhos pré-selecionados foram eleitos 27 (vinte e sete) trabalhos para constituir a revisão bibliográfica narrativa. Na tabela a seguir é possível observar (Tabela 1), os materiais bibliográficos por autor, ano, tema, objetivo e síntese do estudo, facilitando assim uma visão mais detalhada do material utilizado.

**Tabela 1:** Artigos selecionados para constituir o “Corpus das Pesquisas”

Nº	Ano	Autor(a)	Tema	Objetivo	Síntese
1	2015	Carla Rosane da Silva Tavares Alves; Mahiara Pereira Franco Andrade	A sala de recursos multifuncional como um ingrediente essencial na inclusão de crianças especiais, na escola regular de ensino.	Destacar a importância deste espaço na inclusão dessas crianças com necessidades educacionais especiais, na escola regular de ensino.	Enfatiza a sala de recursos multifuncional e a importância da mesma como uma ferramenta essencial à concretização do atendimento as crianças especiais, com muitos resultados positivos no processo de ensino-aprendizagem, na socialização e inclusão social dos alunos com NEEs.
2	2014	Kátia Belasque Bauch; Suzane Schmidlin Löhr	Recursos para a promoção da inclusão na escola.	Descrever uma proposta de intervenção que auxilie no processo de integração de profissionais, e professores que direta ou indiretamente se deparam com a necessidade de trabalhar a inclusão em suas turmas.	Resultado de estudos realizados no Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, com um processo de coleta de dados e desenvolvimento de atividades. Chegou-se à conclusão que um trabalho colaborativo, estipulando parcerias entre professores do ensino regular e da sala de recursos multifuncionais podem tornar seu trabalho mais efetivo junto aos seus alunos, auxiliando em seu processo de escolarização na escola comum.
3	2016	Samira Fontes Carneiro; Ivonaldo Neres Leite	Resultados de pesquisa de mestrado – A política de implementação das salas de recursos multifuncionais: perspectivas de gestores, professores e pais da rede municipal de ensino de Mossoró/RN.	Analisar as posições de gestores, professores e pais sobre a política de implementação das Salas de Recursos Multifuncionais na Rede Municipal de Ensino de Mossoró/RN.	Verificou-se que as Salas de Recursos Multifuncionais são muito relevantes para o processo de inclusão nas escolas, haja vista que elas oferecem aos estudantes e aos professores das salas convencionais um grande apoio e auxílio, pois disponibilizam recursos didático-pedagógicos, materiais e equipamentos de acessibilidade, efetivando os serviços de Atendimento Educacional Especializado.

4	2021	Magnólia Maria Oliveira Costa; Rosely de Sousa Fernandes; Marcos Randal Oliveira de Freitas	As contribuições do atendimento educacional especializado para alunos com deficiência nas narrativas de uma professora	Compreender de que forma as SRM, contribuem para o desenvolvimento dos alunos com deficiências.	Os resultados obtidos foram analisados, e foi possível compreender que os alunos com deficiência que frequentam as salas de recursos multifuncionais desenvolvem suas aprendizagens, aumenta a autoestima, e alargam seus potenciais se tornando autônomos no processo diário à medida que acontece os atendimentos individuais e coletivos.
5	2016	Robéria Vieira Barreto Gomes	O atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais nas escolas municipais de Rio Branco/Acre	Analisar a política de atendimento educacional especializado nas escolas municipais de Rio Branco/Acre, compreendendo-a nos seguintes contextos: contexto da influência, contexto da produção de texto e contexto da prática.	O atendimento educacional especializado que acontece nas Salas de Recursos Multifuncionais de Rio Branco/Acre, nas escolas municipais, é necessário, é importante, porém, não é suficiente para melhorar as condições do processo de inclusão desses alunos em uma educação ampliada. Entretanto, constatamos que essa rede municipal de ensino é formada por docentes que, a todo momento, estão instigando, modificando, questionando a configuração atual, que poderia ser diferente do que está proposto, sobretudo, no contexto do texto. Isso porque a prática de uma política educacional é viva, é ativa, e, quiçá, um caminho que possibilite o respeito ao outro como legítimo outro.
6	2018	Clarice Guimarães Rabello; Maria Paula Carvalho; Mônica Maria Farid Rahme	As lacunas da Educação Especial na formação docente	Investigar, se as temáticas vinculadas ao campo da Educação Especial se encontram presentes nos currículos dos cursos de formação docente da UFMG.	Parcialmente, verificou-se que os currículos investigados não oferecem um número grande de opções para aprofundamento na temática da inclusão. Acredita-se que, com a extensão dos cursos de licenciatura e a obrigatoriedade desse tema nas universidades, haverá uma maior adesão de licenciandos em relação a essa temática. Assim, o futuro docente poderá conquistar alguma experiência logo em sua formação, e poderá desenvolver um pouco mais de facilidade para enfrentar os desafios da docência.
7	2013	Evelcy Monteiro Machado; Maria da Glória Lima Pereira Vernick	Reflexões sobre a política de Educação Especial nacional e no estado do Paraná	Estudo analítico reflexivo sobre as políticas de educação especial no Brasil e o direito à educação. Parte das transformações previstas para a área a partir da aprovação da Constituição Federal em 1988 e das influências advindas dos movimentos e organismos internacionais.	As políticas de inclusão geram debates por vezes polêmicos e levantam questionamentos quanto a sua essência. Elas vêm estimulando as redes de ensino a criarem dispositivos para a escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais. No Estado do Paraná fica claro que essa “escolarização” vem se dando nas escolas de ensino comum e nas instituições especializadas. Nesse âmbito, pensar a educação especial significa ofertar serviços e recursos que promovam a aprendizagem com qualidade do aluno com necessidades educacionais especiais
8	2018	Antenor de Oliveira Silva Neto; Everton Gonçalves Ávila; Tamara Regina Reis Sales; Simone Silveira Amorim; Andréa Karla Ferreira Nunes; Vera Maria Santos	Educação inclusiva: uma escola para todos.	Entender o progresso histórico da educação especial e da educação inclusiva para compreender a organização atual da inclusão escolar.	A inclusão escolar plena não é uma atividade simples, são imprescindíveis uma estruturação gradual e uma mudança significativa no sistema educacional e no entendimento de inclusão por parte da sociedade em geral, em especial os profissionais escolares.

Fonte: Pesquisa bibliográfica, set.2022. Dados organizados pelos Autores (2022).

Observando a Tabela 1, constata-se uma produção de trabalhos bastante limitada sobre às SRM, de forma que a maioria do material bibliográfico disserta sobre a Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado. Um dado preocupante, uma vez que, a elaboração de trabalhos científicos que verifique as atividades desenvolvidas nas Salas de

Recurso, faz que alicerçado a essas pesquisas, provenham sugestões de ajustamentos e aprimoramento do ensino para os alunos com NEE.

### **3. Resultados e Discussão**

#### **3.1 Legislações que conduzem a Política Educacional de Educação Inclusiva no Brasil**

A Educação Inclusiva é uma conquista recente, que sofreu e ainda está passando por intensas modificações no decorrer do tempo, pois, durante séculos as pessoas com deficiências foram marginalizadas e excluídas do convívio em sociedade e do sistema educacional comum, uma consequência da discriminação e falta de conhecimento da sociedade sobre as necessidades dessas pessoas. O Brasil, inspirado em transformações sociais e educacionais estabelecidas em outros países que através de mobilizações sociais as quais buscavam a institucionalização da educação para deficientes, teve suas primeiras iniciativas no que se refere a Educação Especial no país a partir da década de 60, onde essas visões de preconceito e isolamento educacional foram sendo trocados pelo modelo inclusivo.

No ambiente educacional a necessidade de reconhecer a diversidade de alunos tornou-se se cada vez mais presente, analisar as diferentes práticas e metodologias utilizadas pelos educadores no exercício de suas aulas tornava-se algo essencial para promover um ensino e aprendizagem de qualidade. Diante da possibilidade de ensinar tudo a todos é que a educação inclusiva conquistou cada vez mais espaço.

A escola representa um espaço de socialização muitíssimo importante no desenvolvimento das crianças e adolescentes, neste local não se produz apenas conhecimento, mas também, é o lugar que se exercita a convivência em sociedade, oportuniza-se o exercício da cidadania, pratica a receptividade para com as especificidades de cada um, o que envolve a aceitação e apreciação das diferenças. (Pernambuco, 2019)

Acerca dos princípios, políticas e práticas para a Educação Especial, a Legislação Brasileira apresenta documentos que organizam o sistema de Educação Básica e a Educação Inclusiva, e os Direitos Humanos, dentre eles estão: A Constituição Federal de 1988, a Conferência Mundial de Educação, a proclamação da Declaração de Salamanca em 1994, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394/96.

A nova Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tornou-se mesmo que com pouca eficácia uma das primeiras ideias de Educação Inclusiva, de equivalência de oportunidades no acesso à educação no ensino regular. No artigo 208, a Constituição Federal menciona que o dever do Estado com a educação só será exercido mediante o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, de preferência na rede regular de ensino (Brasil, 1988).

Em 1990, a Declaração Mundial de Educação Para Todos, do mesmo modo, trouxe um documento com o reforço feito pelo Unicef sobre o quanto a Educação é importante para as mudanças de características sociais e humanas, sendo um direito básico de todos os indivíduos ter igualdade de acesso à educação, e entre esses indivíduos, citou os portadores de deficiências. Foi durante a Conferência Mundial sobre Educação Especial em 1994, que se formulou a proclamação da Declaração de Salamanca, um documento que estabeleceu alguns princípios para a Educação Especial, e que causou forte influência em vários países e inclusive no Brasil para a caracterização e reestruturação de políticas públicas na perspectiva da Educação Inclusiva.

A Declaração de Salamanca (1994) cita que o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que as crianças precisam aprender todas juntas, em todas as situações viáveis, apesar de qualquer distinção ou obstáculos que possam apresentar. Diz que as Escolas Inclusivas têm que distinguir e assumir às várias carências de seus alunos, acolhendo-os com educação de qualidade, um currículo ajustado e métodos de ensino. Deverá existir uma assiduidade no amparo constante as necessidades especiais vistas na escola.

E no que lhe concerne, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n.º 9.394/96 estimulou e reforçou as políticas educativas, organizacionais e de serviços de apoio ao processo educacional, de modo a desenvolver competências e habilidades necessárias a esse público, enfatizando o dever do Estado em garantir aos alunos com NEE, atendimento de preferência nas escolas de ensino regular.

Em 2006, o Brasil promulgou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006), pôr o Decreto n.º 6.949/2009, o qual assumiu o compromisso de assegurar o acesso das pessoas com deficiência a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de escolaridade, e propôs aderir a meios para garantir a participação e a inclusão dos indivíduos de forma que não fossem excluídas do sistema educacional em razão da deficiência. Houve uma transformação significativa em relação à educação escolar e ao atendimento aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) com o Decreto 6.571/2008, atualmente revogado pelo Decreto 7.611/2011, ambos visando sistematizar e assegurar nas escolas de ensino regular o AEE em todos os níveis da educação.

Segundo Machado e Vernick (2013) a Política Nacional de Educação Inclusiva publicada em 2008, como suporte a educação especial, apoiada no ponto de vista dos direitos humanos, mais do que cultural e pedagógica, um ato político, fomentadora de uma educação com superioridade para todos os alunos. Um documento que incentiva os sistemas de ensino a se estruturarem de uma maneira que atenda qualquer aluno, sem nenhuma catalogação de deficiências, com objetivos específicos que proporcione a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE), como, o prosseguimento dos estudos e acesso aos níveis mais avançados de ensino, a garantia de formação continuada de professores para o AEE, a formação de profissionais da educação e comunidade escolar, a ininterrupção da modalidade de ensino especial da Educação Infantil até a Educação Superior.

É possível evidenciar, como um adendo importante neste movimento inclusivo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2012), relatando a União como responsável por prestar apoio técnico e financeiro, na intenção de aumentar a oferta do atendimento educacional especializado, esse apoio favorecerá na melhoria do AEE já disponível, na implantação de salas de recursos multifuncionais, na formação continuada de professores, produção e distribuição de recursos educacionais para adaptação arquitetônica nos prédios escolares para benefício da acessibilidade, assim como, a elaboração de centros de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

Do ponto de vista legal, as políticas acima referidas visam garantir o direito de igualdade, acessibilidade e de aprendizagem dos alunos, através de diferentes estratégias. Mesmo após todas as leis conquistadas como direito para as pessoas com NEE, o país ainda passa por um processo lento no que diz respeito à Educação Inclusiva.

Muitas propostas foram feitas em todo esse período de esforço por educação igualitária em oportunidades, entre elas, o AEE a partir das Salas de Recursos Multifuncionais, fruto de uma ação regulamentar, normatizadas em 2007 pela Secretaria de Educação Especial do MEC, no edital Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais do Governo Federal, cujo desígnio é colaborar com o gerenciamento e o fornecimento do Atendimento Educacional Especializado, além de, firmar o compromisso de dispor dos instrumentos vitais para o funcionamento do AEE nas escolas públicas, complementar e acrescentar ao trabalho realizado na sala de aula do ensino regular.

### **3.2 Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais como Suporte Pedagógico**

Implementar, o movimento inclusivo de alunos com NEE nas escolas públicas de ensino regular, não foi nada fácil. É fruto de uma trajetória marcada por lutas, e ações políticas que priorizam os direitos humanos, reconhecendo suas habilidades físicas, cognitivas e intelectuais, e sua diversidade. Lentamente, o processo de inclusão ganhou cada vez mais espaço, e no decorrer deste percurso se tornou indispensável pensar sobre como acontece o ingresso dos alunos com necessidades



educacionais especiais as salas de aula regular, e as salas de atendimento especializado, como de fato ocorre sua participação, e quais as contribuições do atendimento especializado ao desenvolvimento cognitivo da criança.

Segundo Nascimento (2014), é alarmante notar que várias escolas, ainda hoje, não oferecem uma educação de qualidade e mantêm uma conduta mais excludente do que inclusiva. Entre as escolas há um predomínio, na falta de condições estruturais e didático-pedagógicas para receber certos usuários. É necessário modificá-las, as mudanças não podem acontecer somente nas diretrizes, políticas e leis. Depende de cada cidadão, em especial os professores, já que, o passo inicial para inclusão é o acolhimento da criança na sala de aula.

De fato, é um desafio trabalhar a inclusão nas salas de aulas, porém, não é impossível, desde que ofereçam alternativas para que os alunos com necessidades educacionais especiais possam interagir com os demais colegas, recorrendo a atividades individuais e coletivas, que despertem nos educandos a curiosidade, e a vontade de participar. E para isso é necessário pensar nas diferentes possibilidades de inclusão social, visto que não basta apenas incluir, mas traçar condições para os alunos com NEEs desenvolva suas potencialidades.

Com o intuito de promover o ingresso, manutenção e o envolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema educacional regular, como um dos métodos práticos para tornar efetiva a Educação Inclusiva, o Atendimento Educacional Especializado necessita ter disponível a Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto, é direito do aluno com necessidades especiais frequentar a sala de aula regular, e quando necessário, recorrer à Sala de Recurso Multifuncional.

A nova Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2020) salienta que o sistema de ensino necessita oferecer diversos tipos de atendimento, já que, existem diferentes possibilidades educacionais. Os educandos diferem entre si e os recursos que demandam também precisam ser, múltiplas categorias de atendimento conseguem efetivar a inclusão de diferentes educandos. As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços disponibilizados nas escolas de educação básica, com profissionais qualificados, materiais didáticos-pedagógicos próprios e em apresentações acessíveis, instrumentos e recursos de tecnologia assistiva, para a inserção desses alunos com diferentes necessidades educacionais.

Relativo à Sala de Recurso, foram desenvolvidos e oficializados documentos com a função de conduzir e resguardar as instituições escolares na incrementação do AEE e implantação das SRM, entre os documentos determinantes divulgados pelo MEC constam os seguintes: a Portaria Normativa n.º 13/2007 que apresenta o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, o Manual de Orientação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, a Portaria SECADI n.º 25/2012 que discorre sobre Orientações para o Processo de Adesão ao Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais e o Documento Orientador Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. (Carneiro & Leite, 2016)

A implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, o planejamento e a indicação das unidades escolares a serem escolhidas, são deliberadas pelos gestores dos sistemas de ensino, em concordância as especificações do Manual de Orientação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais:

- A secretaria de educação a qual se vincula a escola deve ter elaborado o Plano de Ações Articuladas – PAR, registrando as demandas do sistema de ensino com base no diagnóstico da realidade educacional;
- A escola indicada deve ser da rede pública de ensino regular, conforme registro no Censo Escolar MEC/INEP (escola comum);
- A escola de ensino regular deve ter matrícula de aluno(s) público alvo da educação especial em classe comum, registrado(s) no Censo Escolar/INEP, para a implantação da sala Tipo I;
- A escola de ensino regular deve ter matrícula de aluno(s) cego(s) em classe comum, registrado(s) no Censo Escolar/INEP, para a implantação da sala de Tipo II;

- A escola deve ter disponibilidade de espaço físico para o funcionamento da sala e professor para atuação no AEE. (Brasil, 2010)

Conforme dispõe o Ministério da Educação e o Plano Nacional de educação Especial MEC/SEESP, por meio da Secretária de Educação Continuada de Alfabetização, diversidade e Inclusão - SECADI, e pela Portaria nº 25, de 19 de junho de 2012, que estabelece orientações referente ao processo de implantação para Sala de Recursos Multifuncionais nas escolas dos Municípios ou Estados do País. Mediante este entendimento, a implantação da SRM ocorre através das parceiras entre Secretaria de Educação e demais órgãos representantes do governo. A organização desses Centros de Atendimento Educacional Especializado se dá por meio um processo licitatório realizado junto FNDE/MEC/SEESP. O MEC/SECADI e o Sistema de Gestão Tecnológica – SIGETEC, acompanha e fiscaliza esse processo nas diferentes regiões do país, por meio do sistema informatizado de monitoramento para atestar sua conformidade.

Segundo o disposto nesses documentos, inicialmente realizar se a um levantamento para averiguar a necessidade de oferta de atendimento para este público, em sequência haverá o registro sobre a necessidade desta demanda ao sistema de ensino baseando se nos diagnósticos do cotidiano educacional. Tais informações devem estar vinculadas e atualizadas junto a PAR - Plano de Ações Articulada entre secretárias de educação e demais escolas.

Sob os critérios para a implantação da sala de recursos nos municípios ou nas escolas cabe aos gestores dos sistemas de ensino definir as indicações das escolas conforme a necessidade da rede de ensino, assumindo assim o compromisso ao programa. Em um conceito ampliado, a Secretaria de Educação efetua a indicação, o cadastro e adesão ao programa por meio do Sistema de Gestão Tecnológica do Ministério da Educação – SIGETEC, órgão responsável por analisar a veracidade das informações baseadas nos critérios do programa.

O Documento Orientador do Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (Brasil, 2012), define os gestores como responsáveis pela implantação das SRM, determinação das escolas contempladas que também correspondam com as exigências, cumprindo os seguintes critérios do Programa: a escola deve ter formulado o Plano de Ações Articuladas – PAR em conjunto com secretaria da educação que está associada. Necessita estar registrada no Censo Escolar MEC/INEP, como parte da rede pública de ensino regular, constar a matrícula de alunos, público alvo da educação especial, ter matrícula de estudantes cegos em classe comum para deste modo receber equipamentos específicos. E a escola precisa ter disponível espaço físico para a instalação dos equipamentos e mobiliários, como também, providenciar professor para atuação no AEE.

Gomes (2016), evidencia que está determinado, no Manual de Orientações para a Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, os recursos que devem ser oferecidos aos alunos na SRM, por isso, o próprio programa oferece equipamentos eletrônicos, mobílias, matérias didático/pedagógico para o gerenciamento e instalação dessas salas.

Com isso, as informações sobre o funcionamento e aplicabilidade do local deve estar atualizadas para facilitar a aquisição dos recursos pedagógicos no futuro. Partindo deste pressuposto, a efetivação do convênio proporciona as estudantes público-alvo a eliminação de barreiras existentes além de possibilitar maior acessibilidade e qualidade ao processo de ensino e aprendizagem, pois, este ambiente dispõe de organização própria, dotados de equipamentos, recursos pedagógicos que corroboram na promoção da escolarização e na potencialização da aprendizagem, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos estudantes.

Para atender a carência de atendimento especializado das escolas públicas que contam com matrículas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades, o programa disponibiliza das salas de recursos multifuncionais de Tipo I e Tipo II. Em relação aos de tipos de SRM, o Manual de Orientações para a Implantação das SRM (Brasil, 2010) especifica que, a sala de Tipo I tem como exigência para sua instalação, a matrícula de alunos que fazem parte do público alvo da educação especial em sala de aula de ensino regular, apontadas no Censo Escolar/INEP. A sala de tipo I dispõe de dispositivos eletrônicos, materiais didático/pedagógico que são recursos direcionados para o lúdico e mobiliários. A

sala de Tipo II tem como requisito para sua implantação, o registro no Censo Escolar/INEP, da matrícula de alunos cegos em sala de aula comum. São compostas de todos os recursos da sala Tipo I, complementada de outros instrumentos específicos para o suporte de alunos deficientes visuais, como, por exemplo, impressora Braille, máquina de datilografia Braille, calculadora sonora e outros.

O atendimento se dará paralelamente ao horário das aulas comuns, em local específico, e deverá compor o local educativo, materiais e equipamentos que favoreçam a aprendizagem dos alunados, que funcionem como suporte para atender as múltiplas deficiências, sejam elas físicas, intelectuais, motoras, ou com altas habilidades. Desse modo, as atividades para esse público alvo deve atuar de maneira colaborativa e interdisciplinar. Sendo assim, o atendimento na Sala de Recurso Multifuncional deverá ser hora, integrado à sala de aula regular, hora diferenciado e compatível com as necessidades de cada aluno.

De acordo com Carneiro & Leite (2016), dados do INEP/MEC sobre as salas de recursos multifuncionais, entre 2005 e 2011, foram criadas e custeadas 37.801 SRM no Brasil, distribuídas em diversos estados e municípios, abrangendo assim 37.281 das escolas públicas que notificaram, no censo escolar, a matrícula de alunos público-alvo da educação especial, incluindo cerca de 83% dos municípios de 26 estados brasileiros e o Distrito Federal.

### **3.3 Formação e atribuições do professor da Sala de Recurso**

O professor é parte fundamental para a efetivação da inclusão de qualidade, devendo estar em ininterrupto aprendizado. O educador ao receber um aluno portador de necessidades educacionais especiais na Sala de Recurso precisa pesquisar sobre esta necessidade, para conseguir colaborar com a formação e o aprendizado desse aluno. Ao procurar o máximo de fontes de referências e maneiras de trabalhar com ele, o docente reconhecerá mais naturalmente no cotidiano suas próprias ferramentas e adequações. (Nascimento, 2014)

Além disso, o professor da Sala de Recursos Multifuncionais deve realizar atividades que envolva toda a escola, como, por exemplo, os professores atuantes em sala de aula regular, a direção, a equipe pedagógica, os outros alunos do ensino comum e a família dos alunos assistidos na SRM, para tornar esse atendimento global e mais proveitoso.

A função do professor de AEE é de disponibilizar metodologias educacionais próprios baseados em cada tipo de deficiência, atividades estabelecidas pensadas em cada aluno, tendo em consideração suas necessidades educacionais, em um panorama complementar e suplementar. Ações especificadas no plano de atendimento individualizado. Para que o trabalho desenvolvido com o aluno que comparece à sala de recursos seja o melhor possível, é preciso que docente amplie sua sensibilidade, conheça seu aluno e suas singularidades, reconheça suas evoluções e protocole uma reflexão em relação as suas ações, criando uma conduta organizada e sistemática com as anotações de suas observações diariamente.

Algumas das incumbências primordiais do professor da SRM é, a administração e análise das atividades de aprendizagem, a atuação em união com o docente do ensino regular para acompanhamento na sala de aula e aprimoramento de condutas com o objetivo de evoluir no desenvolvimento e conhecimento do educando. Conforme as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica na modalidade Educação Especial, são prerrogativas para o cargo de professor do AEE:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009)

Nessa perspectiva, a Instrução n.º 016/2011 (Paraná, 2011), a qual estabelece critérios para o atendimento especializado em Sala de Recursos Multifuncional tipo I na Educação Básica, antecipa, ao detalhar as atribuições do docente das SRMs, a demanda do diálogo e aproximação com os professores das salas de aula regular, atuando em conjunto com a equipe pedagógica, pratique um trabalho colaborativo, na maleabilidade do currículo, avaliação diferenciada e na organização de metodologias que podem ser usadas na classe comum para atender as necessidades dos alunos.

Milanesi (2012), destaca que no que é relativo à formação profissional para exercício nas Salas de Recursos é determinada pela Resolução n.º 009 a necessidade de curso superior de graduação, com licenciatura plena equivalente à Educação Especial, e para a atuação em salas de recursos específicas carece de formação específica na área de atendimento.

A resolução n.º 4 de 2009, diz que para o professor atue corretamente no AEE, este deverá ter uma formação inicial, bem como uma especialização adequada para desempenhar com êxito as ações que lhes são destinadas. Com muita frequência, durante a formação inicial é deixada uma grande lacuna no que diz respeito a educação especial, os cursos não ofertam muitas possibilidades para aperfeiçoamento no tema, assim como, mais experiências práticas, o que intensifica a carência de formações continuadas expressivas para resolver falhas decorrentes da formação inicial.

O docente iniciante tem dificuldades de compreender de maneira contextualizada como é escolarizado o aluno deficiente, sobre isso, Rabello et al., (2018), dizem que esses desafios podem ser corrigidos pela disposição de atividades que combinem teoria e prática ao longo da graduação, assim, o futuro educador conseguirá adquirir alguma vivência no decorrer da sua formação, e conseguirá de confrontar os desafios da docência.

Silva (2022) fala que, a elaboração e a execução do plano de Atendimento Educacional Especializado estão incumbidas ao professor que trabalha na sala de recursos, têm que ser planejados objetivos para serem conquistados a curto e a longo período, com a atuação de todos os integrantes da comunidade escolar e da família dos alunos. Com a vontade de potencializar a conquista de conhecimentos, aprimoramento de habilidades e ações que ajudem a inclusão acadêmica e social.

De acordo com Costa et al., (2021), o trabalho realizado pelo professor da Sala de Recursos Multifuncionais é crucial para a construção da autonomia, independência e aumento na autoestima do aluno com deficiência. Ele aplica no aluno estímulos necessários para a evolução de um desenvolvimento pleno com o uso de recursos tecnológicos, pedagógicos e educativos. Incentivos planejados para ajudar no aumento das suas competências, quebrando barreiras e complementando brechas. Sendo assim, na SRM são aplicadas atividade de enriquecimento curricular, aprendizagem de linguagens, códigos próprios de comunicação e tecnologias assistivas.

### **3.4 Benefícios da Sala de Recursos para o desenvolvimento cognitivo das crianças**

Sobre o atendimento especializado, podemos dizer que se trata de uma ação pedagógica que corrobora com os princípios de igualdade, a qual fortalece a educação especial baseando se em sua organização. É importante salientar que este trabalho ganha cada vez mais notoriedade por atuar como ação integrada e de intervenção para ensino e a aprendizagem, possibilitando aos alunos ampliação do desenvolvimento cognitivo, com práticas e estratégias de intervenção diversificadas como acolhimento e participação.

O AEE precisa estar conectado com o professor das classes comuns, porém não carece desobrigar o compromisso de escolarização desses estudantes. Esse trabalho colaborativo precisa estar direcionado ao processo de ensino-aprendizagem, com a adaptação de metodologias e o uso de tecnologias assistivas que viabilizem o apoderamento dos conteúdos pelos alunos, a despeito de suas especialidades. A escola inclusiva não deve focar na deficiência, no entanto, deve identificar as particularidades e distinções dos estudantes, e assim entender que todo ser é singular e dispõe de maneiras diferentes de aperfeiçoamento e aprendizado, tendo ou não, uma necessidade educacional especial. (Teixeira & Copetti, 2020)

Esse atendimento tem que partir de circunstâncias específicas de modo que atenda cada aluno de acordo com suas particularidades e potencialidades, com atividades que gradativamente estimulem o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem, planejadas e amparadas na avaliação diagnóstica. O acompanhamento deverá ser feito individualmente ou em pequenos grupos, pelo professor da Sala de Recursos, com o propósito de sanar bloqueios que dificultam o desempenho desses alunos, entre eles, a falta de interação e sociabilidade. Santos (2018) ressalta que é importante, sempre que for possível, o professor da sala de recursos possibilitar para o aluno atividades que promovam o contato com outras crianças de turmas diferentes, esses trabalhos em grupo desperta o entusiasmo e instigam a participação. Além de propiciar as oportunidades sociais do educando no momento do compartilhamento de experiências entre os alunos.

As práticas trabalhadas neste local visam auxiliar o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo. Já que essas salas têm como finalidade dar ao Atendimento Educacional Especializado, condições de desenvolver um acompanhamento individualizado de tal maneira que, contribua para que os alunos dessa categoria de ensino sejam auxiliados na apropriação de conhecimentos e na inclusão escolar, elas são elementares para vencer os bloqueios que impedem o aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais, pois, são suplementares da sala de aula regular.

A SRM proporciona um atendimento especializado para esses educandos, dispondo de diversos estímulos, estratégias analisadas para de forma auxiliar contribuir para ampliar a aprendizagem e ajudar no avanço intelectual e motor dos alunos que precisam desse atendimento personalizado, sendo assim, o educador tem uma função primordial no desenvolvimento desses alunos, ofertando recursos para que eles se desenvolvam plenamente.

Quando a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) é operada de maneira correta, torna-se um instrumento de grande contribuição para o desenvolvimento cognitivo dos alunos, para isso, os professores que atuam nesse local necessitam reconhecer a importância deste trabalho e ter os conhecimentos próprios para atender o aluno com necessidades educacionais especiais (NEE) e suas especificidades.

Silva (2012) cita como campos de desenvolvimento, promovidas pelo atendimento realizado na Sala de Recursos em específico no aprimoramento cognitivo. A percepção tátil que prospera, na discriminação de textura, distinção de formas, diferenciação de tamanhos, percepção estereognóstica, discriminação de peso e discriminação térmica. Na percepção auditiva auxilia, na discriminação de ruídos, compreensão de palavras, estruturação rítmica das palavras e discriminação de sons iniciais e finais de palavras. Como desenvolvimento da percepção visual, favorece o reconhecimento de objetos, cores/ formas/ tamanhos/ figura-fundo e orientação espacial. E por fim, na área do pensamento que beneficia, na atenção e concentração, memória, criatividade, pensamento lúdico, conceitualização e linguagem.

No decorrer do tempo, entre 2005 e 2014, todos os estados brasileiros adotaram o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais do MEC/SECADI, e a ocorrência desse programa em todas as unidades da federação de maneira efetiva, como parte da política da Educação Especial, requisita pesquisas e análises que evidenciem os prováveis consequências e decorrências desse projeto no desenvolvimento do educando público-alvo dessa categoria de ensino. (Gomes, 2016)

#### 4. Considerações Finais

A Educação Inclusiva é consequência de várias ações que buscaram integrar as pessoas com deficiência ao ensino regular e ofertar uma educação de qualidade com igualdade de condições para todos. E, para acompanhar essas mudanças, a legislação foi gradualmente remodelada, propondo-se a adequações nas metodologias de ensino, exigindo profissionais cada vez mais capacitados e disponibilizando espaços estruturados para a composição de uma educação interativa, inclusiva e diversificada.

Para Libanio (2022, p.9), o movimento inclusivo tem como princípio promover a educação para todos, visto que é um direito constitucional, uma vez que a pluralidade humana é incontestável. Tendo em consideração que em uma escola cada aluno tem peculiaridades próprias, preceitos e elementos que os tornam ímpares, refletindo em uma variação de preferências e ritmos de aprendizagem, para a escola o obstáculo é trabalhar essa diversidade na intenção de formar do sistema de ensino e aprendizagem, para que todos que têm esse direito sejam incluídos.

Através desta pesquisa, buscou-se assimilar os processos que fazem parte da implantação da Sala de Recursos Multifuncionais, seu funcionamento, o tipo de atividades desenvolvidas no local, sua colaboração no desenvolvimento cognitivo dos alunos e destacar a importância do professor do Atendimento Educacional Especializado para o sucesso deste programa. Além disto, registrar atos que foram relevantes para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e que possibilitaram a efetivação da Sala de Recursos Multifuncionais. Mediante a construção das abordagens mencionadas neste artigo podemos afirmar que estas foram inspiradas na relevância desta temática para a sociedade em geral, pautados na seleção minuciosa de estudos bibliográficos e análise das legislações vigentes descritas anteriormente. Esta pesquisa possibilitou conhecer de maneira mais ampla os caminhos trilhados pela inclusão social, refletir sobre o atendimento educacional especializado, assim como, compreender como ocorre o processo de implantação e funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais no país.

Inferiu-se que este trabalho atingiu os objetivos apresentados, pois, podemos concluir que o Atendimento Educacional Especializado e em especial a Sala de Recursos são elementos fundamentais para a Educação Inclusiva e sucesso no desenvolvimento escolar dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais no ensino regular. Elementos esses, que desempenham, paralelos, a sala de ensino comum, práticas que aumentam a qualidade da educação, de tal forma que elimina bloqueios que possam estar impedindo a evolução escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais. Inclusive foram elaborados e legitimados documentos com a função de conduzir as escolas na incrementação do AEE, na definição dos passos para a adesão e critérios para implantação das SRM, para se aderir ao programa, assim como, as informações sobre o funcionamento e aplicabilidade do local.

Conforme as observações feitas durante a pesquisa, esta pesquisa revelou ainda que para uma inclusão com excelência, o professor é parte fundamental para o sucesso no atendimento realizado na Sala de Recursos, é necessário que esse profissional seja reflexivo e sensível sobre suas atividades, conheça cada aluno, busque a fundo estudar suas características, crie metodologias educacionais próprias baseadas em cada um deles, tenha uma conduta organizada e detalhista, observe suas evoluções, identifique métodos que não foram eficientes e tome nota de suas observações diariamente. Diante disto, entendemos que o trabalho docente é crucial para atender as demandas educativas, e que o bom relacionamento entre professor-aluno, bem como as atividades realizadas na da sala de aula, viabilizam a progressão na aprendizagem do aluno de maneira significativa. E para que esse professor trabalhe com maior confiança e respaldo, ele deve estar devidamente capacitado com formação profissional que lhe qualifique para atuar na Sala de Recursos, fazendo as intervenções cabíveis.

Concluindo o presente artigo, a Sala de Recursos Multifuncionais revelou-se um instrumento relevante para que as práticas da educação inclusiva sejam efetivas, se qualifica como um espaço que fomenta aos alunos com necessidades educacionais especiais, a oportunidade de ter um acompanhamento individualizado, que atende suas necessidades, colabora na

ampliação do conhecimento, no desenvolvimento intelectual e motor, e concebe vários estímulos e procedimentos singularizados que faz a vida escolar do público atendido na SRM mais relevante e proveitoso.

Diante do exposto, consideramos que ao encerrarmos esse estudo contribuimos para avolumar as pesquisas sobre, as contribuições da Sala de Recursos Multifuncionais na concepção da Educação Inclusiva no aprimoramento cognitivos dos alunos com necessidades educacionais especiais, baseado no aprimoramento de oportunidades realizadas nesse local. Em consideração a isso, acreditamos que mais pesquisas precisam ser desenvolvidas sobre as Salas de Recursos Multifuncionais, promovendo o aumento significativo de discussões relativas a este tema, com o aprofundamento de conhecimentos sobre a implantação, funcionamento e relevância dessas salas no desenvolvimento dos alunos com NEE nas escolas de ensino regular.

## Referências

- Alves, C. R. D. S. T., & Andrade, M. P. F. (2016). A sala de recursos multifuncional como um ingrediente essencial na inclusão de crianças especiais, na escola regular de ensino. *Revista Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão-RevInt*, 3(1). <https://revistaelectronica.unicruz.edu.br/index.php/revint/article/view/121/61>
- Ana, W. P. S., & Lemos, G. C. (2018). Metodologia científica: a pesquisa qualitativa nas visões de Lüdke e André. *Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar*. 4(12) <http://35.238.111.86/xmlui/handle/123456789/488>
- Bauch, K.B. & Lohr, S.S (2014). Recursos para a promoção da inclusão na escola. In: Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE. Curitiba. [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadempdpde/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_ufpr\\_edespecial\\_artigo\\_katia\\_belasque\\_bauch.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadempdpde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_ufpr_edespecial_artigo_katia_belasque_bauch.pdf)
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.
- Brasil. (2009). Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
- Brasil. (2010). Manual de orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais.
- Brasil. (2010). Estatuto da criança e do adolescente: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 9 ed. Brasília: Câmara dos Deputados. [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto\\_crianca\\_adolescente\\_9ed.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf)
- Brasil. (2015). Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)
- Brasil. (2020). Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. Brasília: MEC. SEMESP.
- Carneiro, S. F., & Leite, I. N. (2016) Resultados de pesquisa de mestrado – A política de implementação das salas de recursos multifuncionais: perspectivas de gestores, professores e pais da rede municipal de ensino de Mossoró/RN. Congresso Internacional de Educação Inclusiva, Campina Grande. [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/TRABALHO\\_EV060\\_MD1\\_SA10\\_ID1767\\_31082016113645.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/TRABALHO_EV060_MD1_SA10_ID1767_31082016113645.pdf)
- Casarin, S. T., Porto, A. R., Gabatz, R. I. B., Bonow, C. A., Ribeiro, J. P., & Mota, M. S. (2020). Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do Journal of Nursing and Health/Types of literature review: considerations of the editors of the Journal of Nursing and Health. *Journal of Nursing and Health*, 10(5). <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/19924>
- Ceará. (2012). Resolução Nº 436/2012. Fixa normas para a Educação Especial e para o Atendimento Educacional Especializado - AEE - dos alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento - TGD, altas habilidades/superdotação no âmbito do sistema de ensino do Estado do Ceará. Conselho Estadual de Educação.
- Costa, M. M. O., de Sousa Fernandes, R., & de Freitas, M. R. O. (2021). As contribuições do atendimento educacional especializado para alunos com deficiência nas narrativas de uma professora. *Revista Brasileira de Desenvolvimento*, 7(3), 20975-20985. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n3-010>
- Gomes, R. V. B. (2016). O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais nas Escolas Municipais de Rio Branco/Acre. (Tese de Doutorado). Paraná: Universidade Federal do Paraná. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/43141>
- Libanio, F. C., Castelar, W. A. de S., & Garcia, D. I. B. (2022). O uso de tecnologias com o público alvo da educação especial no contexto educacional inclusivo. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 11 (1), e20011124668. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i1.24668>
- Machado, E. M., & Vernick, M. da G. L. P. (2013). Reflexões sobre a política de educação especial nacional e no estado do Paraná. *Nuances: Estudos Sobre Educação*, 24(2), 49–67. <https://doi.org/10.14572/nuances.v24i2.2479>
- Mendes, E. G., & Cia, F. (2012). Constituição de uma rede colaborativa de pesquisa: o Observatório Nacional de Educação Especial (Oneesp). *Ciências Humanas e Sociais em Revista*, 34(1). <http://dx.doi.org/10.4322/chsr.2014.002>
- Nascimento, L. B. P. (2014). A importância da inclusão escolar desde a educação infantil. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Pedagogia). Faculdade Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. <http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/2014/La%20C3%ADs%20Barros%20Pinto%20do%20Nascimento.pdf>

Neto, A. D. O. S., Ávila, É. G., Sale, T. R. R., Amorim, S. S., Nunes, A. K., & Santos, V. M. (2018). Educação inclusiva: uma escola para todos. *Revista Educação Especial*, 31(60), 81-92. <https://doi.org/10.5902/1984686X24091>

Paraná. (2011) Instrução nº 016/2011. Estabelece critérios para o atendimento educacional em Sala de Recursos Multifuncional Tipo I, na Educação Básica. Curitiba: SEED/SUED. [https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-02/Instrucao162011.pdf](https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-02/Instrucao162011.pdf)

Pernambuco. M. P. de E. de. (2019). Educação Inclusiva: Marcos legais e perspectivas de ações para implementação. Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa dos Direitos Humanos à Educação. (2 ed). Procuradoria Geral de Justiça. Recife. [https://www.mppe.mp.br/mppe/files/Cartilha\\_Educao\\_Inclusiva\\_II\\_2\\_EDIO\\_DIA\\_29-03.pdf](https://www.mppe.mp.br/mppe/files/Cartilha_Educao_Inclusiva_II_2_EDIO_DIA_29-03.pdf)

Rabello, C. G., Carvalho, M. P. & Rahme, M. M. F. (2018). As lacunas da educação especial na formação inicial docente. In: Anais do 8º Congresso brasileiro de educação especial. Campinas: Galoá. <https://proceedings.science/cbee/cbee-2018/papers/as-lacunas-da-educacao-especial-na-formacao-inicial-docente>

Salamanca, D. de. (1994). Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Brasília, DF: MEC.

Santos, K. de F. (2018). A sala de recurso e a inclusão de alunos com necessidades especiais em Mariana - MG. Monografia (Graduação em Pedagogia). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto. <https://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/1495>

Silva, L. M. da. (2012). Proposta pedagógica curricular de Educação Especial: Sala de Recursos Multifuncionais – Tipo I – DI, DFN, TGD e TFE. Colégio Estadual Padre Ângelo Casagrande. Marilândia - PR. <https://docplayer.com.br/7241357-Proposta-pedagogica-curricular-de-educacao-especial-sala-de-recursos-multifuncional-tipo-i-di-dfn-tgd-e-tfe.html>

Silva, R.S. (2022). AEE para Salas de Recursos Multifuncionais: Aspectos Jurídicos, Pedagógicos e Organizacionais. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 11 (4), e51011426594. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i4.26594>

Teixeira, A.M., & Copetti, J. (2020). O contexto da formação de professores para o atendimento educacional especializado. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 9 (3), e85932473. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2473>